

## VIII REUNIÃO DA COMISSÃO BILATERAL LUSO-BRASILEIRA DE SALVAGUARDA E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÓNIO DOCUMENTAL

### ACTA

Aos 9 dias do mês de Outubro de 2007, nas instalações do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal, teve lugar a primeira sessão da VIII Reunião da Comissão Bilateral Luso-Brasileira para a Salvaguarda e Divulgação do Património Documental sob a presidência conjunta do Presidente da Secção Brasileira, Prof. Jaime Antunes da Silva, e do Presidente da Secção Portuguesa, Dr. Silvestre de Almeida Lacerda.

Estiveram presentes, por parte da Secção Brasileira, Dra. Carmen Tereza Coelho Moreno da Fundação da Biblioteca Nacional, Dra. Esther Caldas G. Bertoletti do Projecto Resgate/Ministério da Cultura, Comandante Rosângela da Cunha do Arquivo da Marinha, Comandante Joaquim Bacelar Rego do Serviço de Documentação da Marinha, Dra. Beatriz Kushnir do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Coronel Júlio Vasconcelos do Arquivo Histórico do Exército, Dr. Henrique Ferrari do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Dra. Rosiane Rigas Martins do Arquivo Histórico do Itamaraty, Dr. Hélio Ramos Filho do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Coronel Jorge Alberto Garcia do Centro de Documentação do Exército em Brasília.

Por parte da Secção Portuguesa, Dra. Maria de Lurdes Henriques da Direcção Geral de Arquivos, Dra. Ana Cannas do Arquivo Histórico Ultramarino, Dra. Maria Isabel Fevereiro do Arquivo Histórico Diplomático, Dr. Armando Jorge Silva da Biblioteca Nacional de Portugal, Dr. José Sintra Martinheira do Arquivo Histórico Ultramarino, Dra. Maria Armada Couto do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério da Cultura, Tenente Coronel Carlos Fonseca do Arquivo Histórico Militar e Dra. Isabel Beato da Biblioteca Central da Marinha.

Da agenda de trabalhos fazem parte os pontos referidos no anexo I, que é parte integrante da presente acta.

O Dr. Silvestre Lacerda deu início à sessão agradecendo a presença de todos e a hospitalidade do Arquivo Histórico Ultramarino. Referiu a intenção de levar por diante os objectivos da COLUSO, na partilha de memórias comuns, conhecimento actualizado do que se produz na área dos arquivos em Portugal e no Brasil e no aprofundamento dos trabalhos, considerando embora, que as dinâmicas próprias das organizações e países nem sempre permitem avançar tão rapidamente quanto desejável. Mencionou como objectivo último da Comissão melhor servir os utilizadores.

O Prof. Jaime Antunes da Silva agradeceu, fez uma breve resenha sobre o Protocolo de Cooperação e referiu os seus frutos positivos. Realçou tratar-se de um acordo bilateral e fez votos para que possa um dia passar a multilateral, abrangendo os países que têm o português como língua comum. Considerou que a existência de resultados se deve à excelente colaboração recíproca, mas lembrou a necessidade de avaliação do trabalho desenvolvido. Recordou que o último Protocolo firmado em Brasília não tem data de extinção e fez referência ao facto de as instituições contarem apenas com os seus orçamentos para financiamento das acções decorrentes daquele Protocolo.

Informou de seguida sobre um projecto em curso em parceria com a CEPESE e Universidade Lusíada do Porto, coordenado pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e relativo à emigração portuguesa para o Brasil, desde os anos 70 do séc. XIX até 1930.

O projecto, integra-se no período joanino. Realçou a importância do Protocolo enquanto instrumento de cooperação, permitindo experiências com resultados. Reiterou a necessidade de avaliar o Protocolo, traçar um caminho comum e apontar para aproximação aos colegas africanos. Na sua opinião, também é necessário definir uma estratégia de difusão firme e criar estímulos junto das universidades.

O Dr. Silvestre Lacerda informou sobre a reestruturação em curso na Administração Central em Portugal, explicando as alterações introduzidas no ex- IAN/TT, que passou a Direcção Geral de Arquivos, organismo coordenador da política arquivística nacional e que passou a integrar o Centro Português de Fotografia,

passando o Arquivo Nacional da Torre do Tombo a organismo dependente da DGARQ.

Por seu turno, o Prof. Jaime Antunes da Silva mencionou a existência no Brasil do Conselho Nacional de Arquivos, órgão definidor da política para os arquivos públicos e privados e a passagem do Arquivo Nacional do Brasil da dependência do Ministério da Justiça para a Casa Civil da Presidência da República, passagem essa que lhe conferiu uma maior flexibilidade e um quadro de profissionais mais estável. Nesta sequência, cada um dos presentes fez a sua apresentação e a do organismo a que pertence.

De seguida, passou-se à análise da acta da última reunião, realizada no Rio de Janeiro. Dado tratar-se de uma transcrição das intervenções, foi proposto pelo Dr. Silvestre Lacerda a sua aprovação provisória na generalidade, com dispensa de leitura e com envio, até final do mês de Outubro em curso, para o e-mail do Prof. Jaime Antunes da Silva, de sugestões de alterações. Esta proposta mereceu o consenso dos presentes.

Iniciou-se o debate relativo ao balanço dos resultados dos Projectos Resgate e Reencontro, tendo o Prof. Jaime Antunes da Silva feito entrega de um relatório das actividades. Adiantou, considerar da maior pertinência a criação, dentro dos padrões aprovados, de um grande guia de fontes de arquivos estaduais e portugueses que permita a identificação do material existente e a sua localização. Mais considerou dever ser dada prioridade à informação em detrimento da troca de microfílm. No âmbito da difusão, entende ser de estimular a produção académica, nomeadamente com a criação de prémios. A este propósito, lembrou o Prémio D. João VI, projecto partilhado com o grupo Tordesilhas, e a Direcção Geral de Arquivos. Em Portugal não apareceram candidaturas, tendo sido apresentadas cinco no Brasil, das quais foram seleccionadas três, pela Comissão presidida pela UNIRIO. O Dr. Gomes da Costa do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, entre outros, concedeu uma verba de 10.000 reais para a edição dos trabalhos vencedores, devendo os livros ser lançados dia 6 de Março de 2008. Informou que o primeiro prémio foi atribuído a uma jornalista do jornal Folha Dirigida.

Fez ainda referência a um projecto de base de dados da UNB que permitirá uma aproximação da imagem à descrição e acesso on line.

Seguiu-se uma intervenção da Dra. Ester Bertolletti que fez uma resenha histórica do Projecto Resgate, que consistiu na organização da documentação de interesse para o Brasil existente no AHU com vista à sua microfilmagem, acentuando que a ideia que presidiu a este Projecto terá remontado aos finais do séc. XIX, altura em que o Brasil enviou bolseiros pela Europa para copiarem documentos à mão. Já no séc. XX o Brasil contratou investigadores portugueses, como Brás do Amaral, para fazerem resumos e transcrições de documentos.

Realçou o facto de uma parte dos arquivos brasileiros não ter a documentação tão bem guardada como os arquivos portugueses. Insistiu no incentivo à publicação de catálogos da documentação existente nos vários arquivos, considerando que o catálogo é um instrumento de pesquisa que oferece mais garantias que um CD. Referiu a publicação de catálogos nos Arquivos de Pernambuco, do Itamaraty e da Fundação Biblioteca Nacional. Na sua opinião, é da maior importância fazer o balanço do que está microfilmado e publicar os catálogos. Mencionou estarem já feitos Guias de História para o Brasil, relativamente a alguns países, Espanha e Inglaterra, entre outros, sendo o momento de fazer um Guia conjunto de fontes para a História do Brasil e de Portugal. Acentuou o grande esforço e investimento feitos pelo Brasil e explicitou terem vindo já para Portugal 897 rolos de microfilmes com documentação oriunda do Arquivo do Itamaraty, do Museu Paulista, da Fundação Biblioteca Nacional, do Arquivo da Baía, do Arquivo Nacional do Brasil e do Arquivo Público Mineiro. Referiu ainda os apoios financeiros da Fundação Calouste Gulbenkian e do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Finalizou informando que, tendo conhecimento da localização de todos os microfilmes do Projecto Resgate, está em condições para prestar essa informação.

Nesta sequência a Dra. Beatriz Kushnir apontou para a necessidade de reunir toda a informação num site acessível às diversas instituições.

Confirmando que os microfilmes enviados pela Secção Brasileira, através da COLUSO, estão no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, à excepção dos relativos

aos Arquivos das Marinhas Brasileira e Portuguesa, o Dr. Silvestre Lacerda questionou a qualidade de alguns, tendo considerado ser importante a organização e o rigor à volta destas questões para um melhor funcionamento da Comissão e para permitir dar resposta mais eficiente aos utilizadores.

Esta posição foi corroborada pelo Prof. Jaime Antunes da Silva que referiu a necessidade de todas as questões e pedidos passarem pelas Secções, através dos seus presidentes, como forma de controlo.

Seguiu-se uma troca de impressões sobre a disponibilização da documentação reunida em catálogos e microfimes, tendo o Dr. Silvestre Lacerda informado que o Arquivo Nacional da Torre do Tombo disponibilizou na internet parte dos catálogos produzidos a partir dos microfimes, colocando a descrição do documento e informando que o mesmo está disponível num determinado microfilme. Fez ainda referência ao controlo dos microfimes e à necessidade de se obter uma boa leitura. A representante da Fundação Biblioteca Nacional informou terem o mesmo sistema nesta instituição.

A Dra. Esther Bertolotti recordou alguns problemas de arquivos brasileiros, com condições muito precárias e com documentação em mau estado de conservação, devido em grande parte ao calor e à humidade.

Informou que a documentação da Capitania de Grão-Pará e Maranhão pode ser microfilmada de novo.

Ainda a propósito da quantidade e qualidade dos microfimes, gerou-se um diálogo entre as representantes do Arquivo da Marinha do Brasil e da Biblioteca Central da Marinha de Portugal.

A Dra. Isabel Beato informou que apenas receberam 60 rolos, contendo cada um deles a reprodução de duas caixas de documentação naval existente no IHGB, trabalho realizado pela Marinha Brasileira, na década de 70, a maioria dos quais com documentação respeitante à Marinha Imperial, posterior a 1825 e não os 162 referidos pela Comandante Rosângela da Cunha. Esta esclareceu ter enviado para a Marinha Portuguesa os referidos microfimes, bem como a descrição dos mesmos, acompanhados por um ofício, admitindo contudo que os mesmos foram

reproduzidos no IHGB, provavelmente até nos anos 60, para consulta no seu próprio arquivo e que os microfilmes enviados não têm qualidade para preservação.

A Dr.<sup>a</sup> Isabel Beato reafirmou que a Marinha Portuguesa apenas recebeu 60 microfilmes, sem qualquer descrição nem ofício a acompanhá-los.

Na sequência destas intervenções, foi acentuada pelos Presidentes das duas Secções, a necessidade de harmonizar procedimentos, com controlo através das Secções e com esclarecimentos pontuais entre elas.

Nesta altura, o Dr. Silvestre Lacerda fez um resumo das questões essenciais para o desenvolvimento dos trabalhos, referindo a necessidade de estabelecer estratégias para o acesso à documentação, de disponibilizar catálogos, de criar um site da COLUSO, que reúna toda a informação, que esteja conectado com os sites das instituições e que possa constituir uma porta de entrada para a divulgação dos Projectos, tornando-os mais visíveis. Apontou para a necessidade de se pensar num modelo que defina as formas de distribuição e de acesso à informação, considerando que a COLUSO está numa excelente posição para avançar. Mencionou a facilidade de diálogo com o Brasil e com outros países de língua oficial portuguesa, nomeadamente Cabo Verde, fazendo referência ao facto de o Arquivo Nacional da Torre do Tombo ter digitalizado documentação da PIDE para entrega ao Arquivo de Cabo Verde.

Ainda a propósito da distribuição e disponibilização de imagens, o Dr. Silvestre Lacerda mencionou a discussão no âmbito da UE sobre estas questões e a sua legalidade, acentuando a necessidade de se tomar consciência dos problemas e de se encontrarem formas de colaboração.

A Dra. Cármen Moreno informou que na Fundação Biblioteca Nacional há muitas consultas dos microfilmes da documentação, mas que os CD's não são disponibilizados, nem vendidos, tendo insistido no estabelecimento de regras.

Após breve pausa para café, os trabalhos foram retomados com uma intervenção do Prof. Jaime Antunes da Silva que começou por reiterar a necessidade de encontrar os mecanismos possíveis que permitam a cedência de imagens e a difusão da

documentação, fazendo nomeadamente referência à não existência de acordos celebrados neste campo e às questões legais que devem ser tidas em consideração. Na sequência da sua intervenção, o Dr. Silvestre Lacerda informou que Portugal está a ser penalizado pelo facto de não estar a cumprir uma directiva da UE que obriga ao pagamento de direitos de autor pelo empréstimo de livros, que não sejam do domínio público, considerando que em futuros acordos a celebrar terão que ficar registadas as autorizações necessárias para acesso à informação.

Algumas das instituições presentes apresentaram o seu procedimento nesta matéria ou referiram procedimentos conhecidos noutros países; a Fundação Biblioteca Nacional disponibiliza apenas cópias de partes da documentação; segundo a Dra. Ana Canas em Inglaterra paga-se pelo empréstimo de microfiches; segundo a Dra. Esther Bertolotti nas universidades dos EUA copiam-se livros inteiros, pagando a universidade; na DGARQ não é o utente, mas sim o Ministério da Cultura que paga o empréstimo domiciliário; a Biblioteca Nacional de Portugal cobra aos seus utilizadores.

O Dr. Silvestre Lacerda deu a conhecer que o Arquivo Nacional da Torre do Tombo tem 230 mil imagens disponíveis na web, pela reprodução das quais nada cobra, pretendendo disponibilizar 5 milhões nos próximos anos, com resolução suficiente para imprimir com alguma qualidade. Informou que a DGARQ já possui marca de água. Insistiu na produção de um guia com o ponto de situação dos dois Projectos, com indicação do que está feito em termos de transferência, considerando que os catálogos publicados constituem outra forma de divulgação possível. Informou que a DGARQ tem possibilidade de disponibilizar um Guia de Arquivos Fotográficos com interesse para o Brasil e que está já publicado o catálogo da colecção do Imperador. O Prof. Jaime Antunes da Silva acentuou a necessidade de avançar em ambos os países com um guia geral de acervos para a história comum.

A Dra. Ana Canas considerou que, tornar mais acessível os Projectos Resgate e Reencontro, poderá ser um projecto para o futuro. Considerou ainda importante acertar os aspectos ligados à disponibilização de imagens.

Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada.

Eu, Maria Armanda Couto lavrei a presente acta, que vai por mim assinada, seguindo-se as assinaturas dos Presidentes da Secções Brasileira e Portuguesa, respectivamente, Prof Jaime Antunes da Silva e Dr. Silvestre Lacerda.